



Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis

Brasília
2007



Ministério do Meio Ambiente

Marina Silva

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Hamilton Pereira da Silva

Departamento de Educação Ambiental

Marcos Sorrentino

Endereço do Editor

Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios - Bloco B, sala 553

70068-900 - Brasília - DF

Tel: 55 61- 3317.1207

Fax: 55 61- 3317.1757

e-mail: educambiental@mma.gov.br

Centro de Informação e Documentação Ambiental

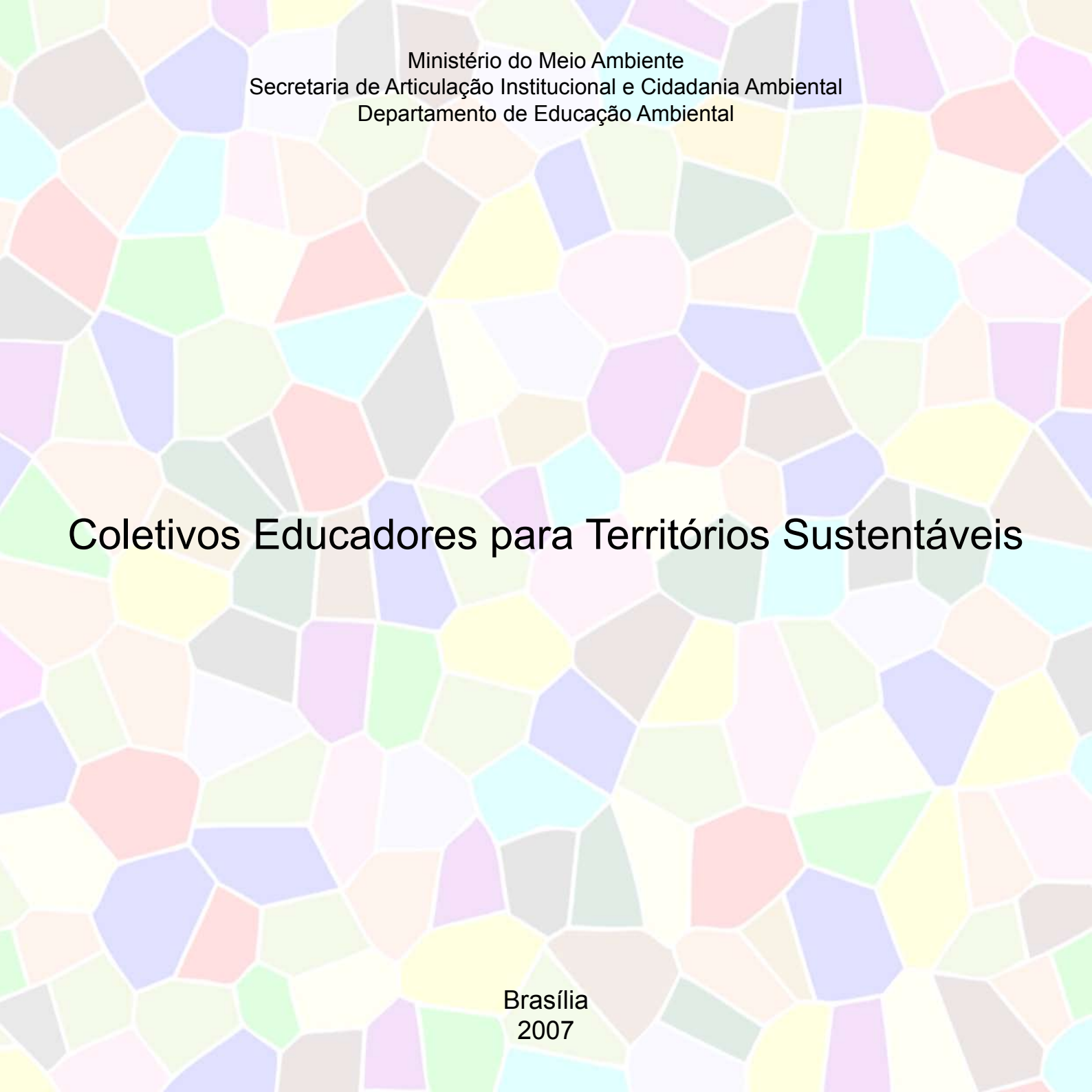
Esplanada dos Ministérios - Bloco B - Térreo

70068-900 - Brasília - DF

Tel: 55 61- 3317.1235

Fax: 55 61- 3317.5222

e-mail: cid@mma.gov.br



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Educação Ambiental

Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis

Brasília
2007

Copyright © 2007 - Ministério do Meio Ambiente

Equipe Técnica de Revisão

Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo

Mariana Stefanelli Mascarenhas

Patricia Rodin

Raquel Ferreira da Silva

Renata Rozendo Maranhão

Texto

Equipe do DEA/MMA

Capa

Marcelo Fernando Nogueira de Castro

Ilustrações Internas e Legenda

Edna Kunieda

Diagramação/Editoração

Arthur Armando da Costa Ferreira

Catálogo na fonte: Centro de Informação e Documentação - CID Ambiental / MMA

B823c

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de
Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.
Departamento de Educação Ambiental.

Coletivos educadores para territórios sustentáveis.-
Brasília: MMA, 2007.
26p.; 21 cm.

I. Título. II. Educação ambiental.

CDU 37:504

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

INTRODUÇÃO

Esta cartilha é mais um convite do Órgão Gestor da PNEA a quem deseja fazer uma educação ambiental estruturante, permanente, continuada e com todos e todas os brasileiros e brasileiras.

Ela foi elaborada por muitas mãos, assim como é a proposta de Coletivos Educadores onde muitos sonham e se unem para realizar algo em conjunto, respeitando as diferentes opiniões, os diferentes interesses, limites e possibilidades.

Não esperamos que este material esclareça todas as questões e dúvidas que a proposta de Coletivos Educadores pode gerar, até porque isso faz parte da riqueza da construção conjunta. Um Coletivo Educador da Bahia enfrenta dificuldades diferentes, tem avanços e caminhos diferentes de um Coletivo do Pará ou Paraná, mas eles têm em comum a utopia alcançável de trabalhar com todos e todas e de contribuir para a construção de uma cidadania planetária e sustentável, começando pelos seus territórios.

A incansável luta de todos esses grupos articulados e refletindo sobre as questões socioambientais em seus territórios é que nos anima, nos move e nos faz poder sonhar, novamente, com um mundo diferente! Nos faz sonhar com um mundo melhor para nós hoje e não amanhã, com um mundo mais solidário onde os conflitos são compreendidos e enfrentados, não para serem acabados, mas para serem produtores de experiências participativas e estruturantes.

E assim, como um convite ao sonho e a realização desse sonho que convidamos você a entrar neste texto, nessas ilustrações e neste novo mundo que queremos!

Bem vindo e bem vinda!

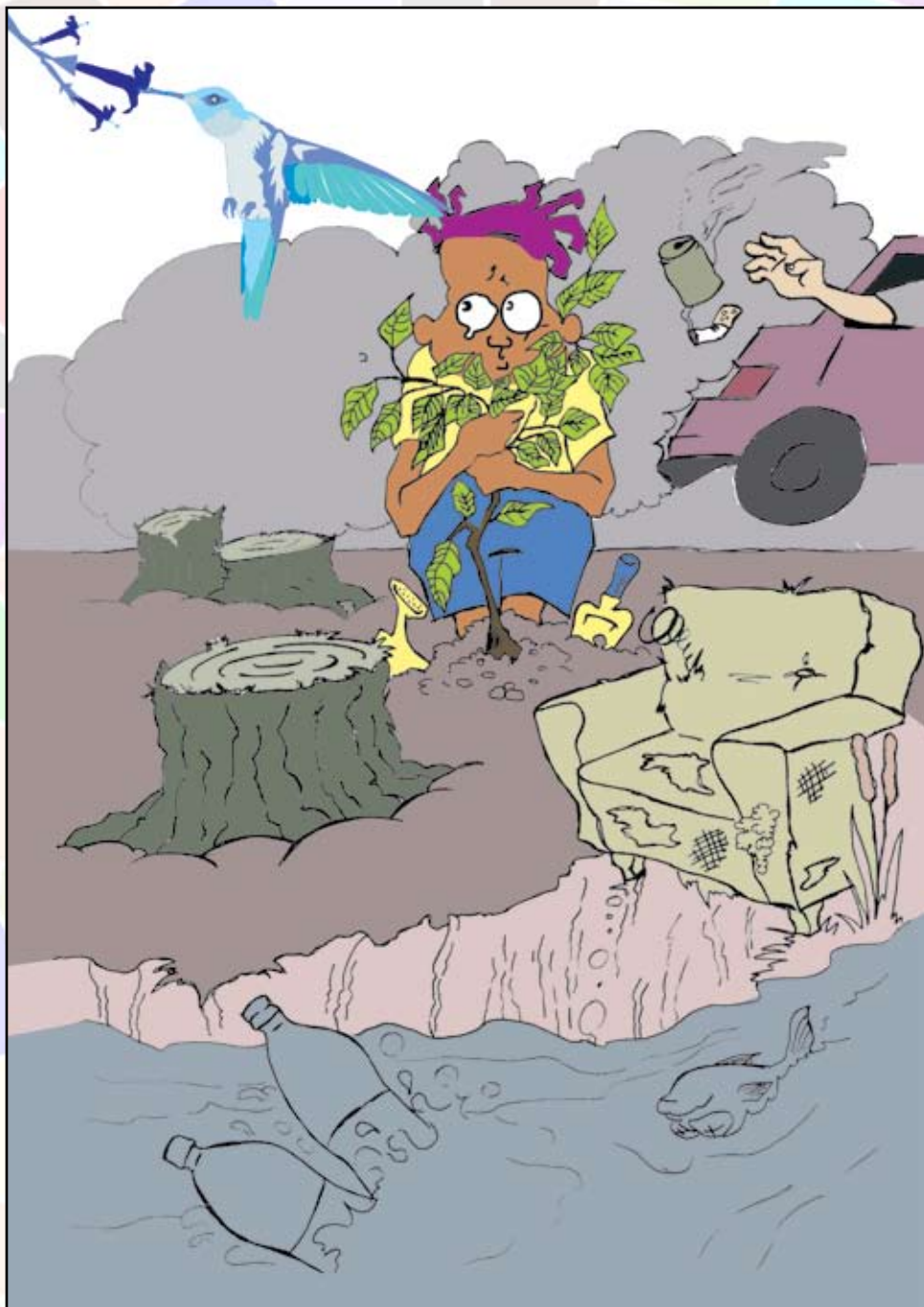
Equipe DEA/MMA

Comentário da Ilustradora sobre o processo de criação das ilustrações:

Imaginar as ilustrações que fariam parte do manuscrito foi um processo facilitado pela própria prática de quem se viu como um dos personagens que a cartilha busca representar. Como integrantes de um Coletivo Educador, nosso grupo passou pelos mesmos questionamentos iniciais e pela aceitação do desafio de construir esse processo participativo. Assim, estão aqui representadas com certa dose de humor advinda da felicidade de fortalecer nossas ações coletivamente, as situações comuns as/aos educadoras/es que se propõe a implementar o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA) em sua região.

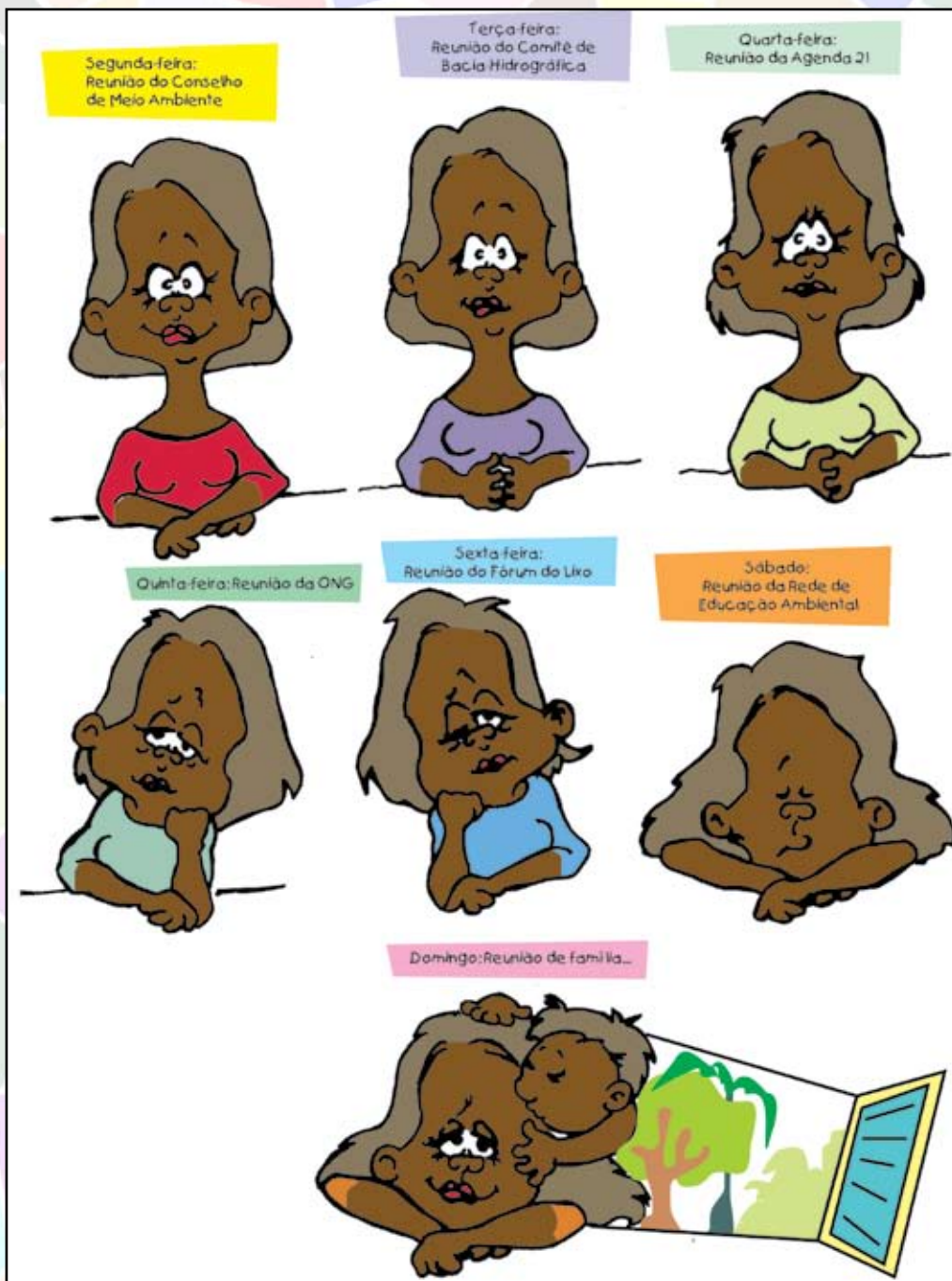
Ao final, a ilustração inspirada num quadro do pintor primitivista Chico da Silva, faz menção aos dizeres de Pablo Ruiz Picasso (1881 – 1973): “Uma obra de arte deve levar um homem a reagir, sentir sua força, começar a criar também, mesmo que só na imaginação. Ele tem de ser agarrado pelo pescoço e sacudido; é preciso torná-lo consciente do mundo em que vive, e, para isso, primeiro ele precisa ser arrancado deste mundo.”

Edna Kunieda



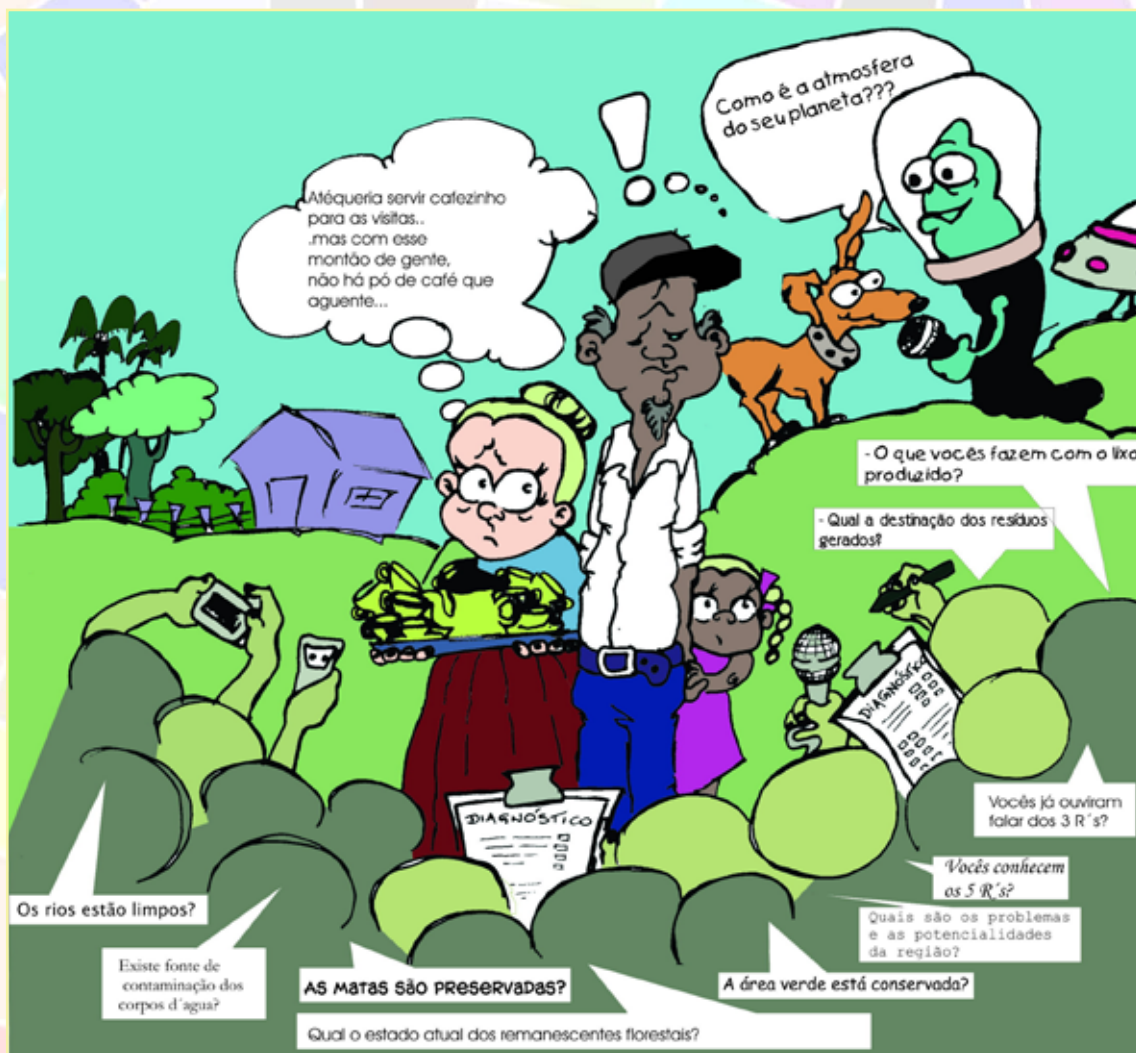
Em algumas regiões a gente sente que faltam parceiros para o desafio da Educação Ambiental...

Sentimo-nos meio sozinhos e impotentes para implementar um programa de Educação Ambiental que realmente transforme nossa realidade e acabamos muitas vezes desenvolvendo ações pontuais ou projetos de pequeno alcance...



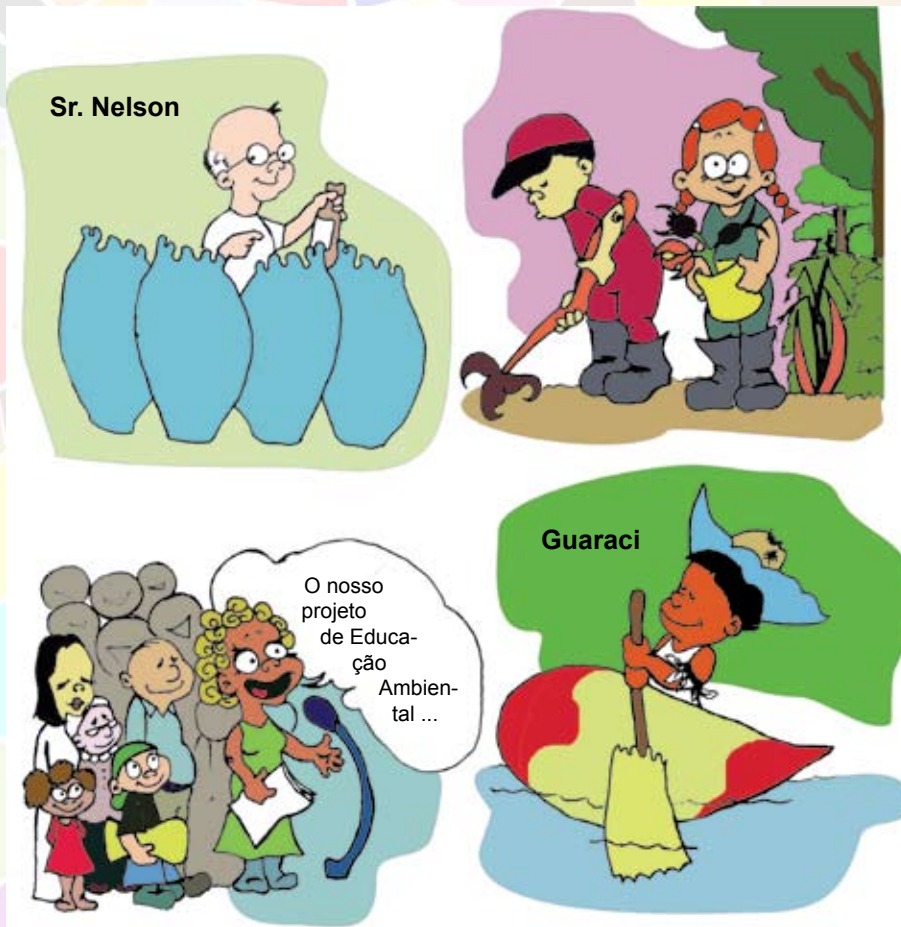
Em outras regiões há dezenas de instituições com atividades sobrepostas competindo pelos poucos recursos para educação ambiental...

Há uma enormidade de ações e projetos, que nem sempre se denominam educação ambiental, mas que convergem para os objetivos de apoiar a formação de pessoas na luta pela qualidade ambiental e de vida. E ainda assim essas ações não dialogam, não se fortalecem entre si...



De qualquer modo, podemos nos orgulhar da quantidade e qualidade de projetos que buscam transformar a sociedade enfrentando a problemática socioambiental.

Entretanto percebemos que existe uma certa desarticulação dessas muitas ações. Cada uma pode ser uma tática competente, no campo da agroecologia, da reciclagem de lixo, da organização social, da formação de grupos de diferentes tipos, da recuperação de áreas degradadas, mas juntas formam aquilo que alguns chamam de taticismo (dispersão de táticas que não formam uma estratégia) ou o que outros chamam de diversionismo.



Muitas vezes as pessoas que participam das associações, sindicatos, movimentos, conselhos, comitês, agendas 21 e fóruns são as mesmas, mas mesmo assim estes espaços não se articulam...

Fica claro que um dos grandes desafios da Educação Ambiental (EA) no Brasil é ampliar o número de militantes, sua distribuição no território e sua articulação. Para isso, nós que estamos na militância, precisamos pensar em como somar nossos conhecimentos e experiências para fortalecer novos sujeitos da educação ambiental.

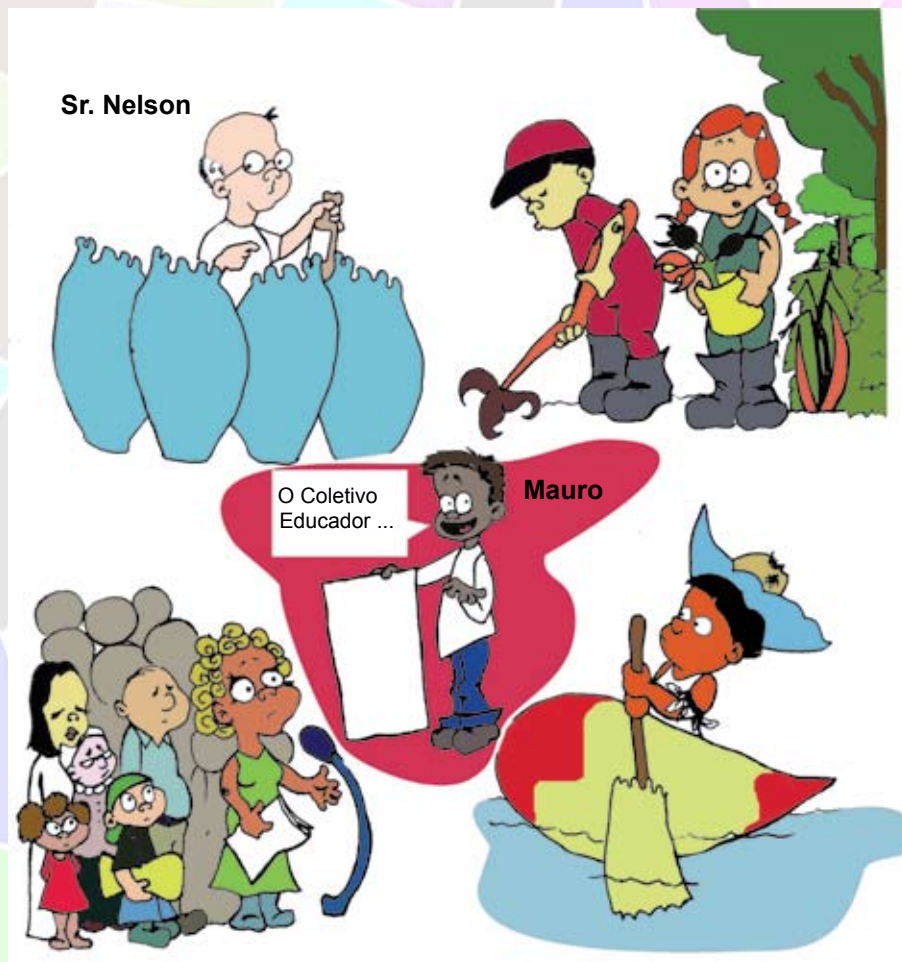
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA É FORTE!

Nestas três últimas décadas a EA brasileira cresceu, se aprimorou e se inseriu em todos os espaços, grupos, regiões. Temos o advento das mais de 40 redes de educação ambiental constituídas, por setor (como a Rede Universitária – RUPEA e a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e sustentabilidade - REJUMA), por região (como as inúmeras redes estaduais) e a rede que articula todas estas redes que é a REBEA. A EA tem inúmeras ramificações e atores arregimentados nos mais diversos codinomes da EA, como popular, crítica, transformadora, emancipatória, socioambiental, para o saneamento, vivencial, empresarial, ecopedagógica, para a gestão ambiental, alfabetização ecológica, para a sustentabilidade, para o desenvolvimento sustentável e para sociedades sustentáveis. Os grandes eventos de educação ambiental do Brasil como o Fórum Brasileiro, reúnem mais milhares de pessoas.

Muitas vezes temos a impressão de que o governo aumenta a confusão porque age como se estivesse inaugurando a Educação Ambiental na região... Quando o governo age assim, não somos fortalecidos e sentimos como se fosse um desperdício de nossa experiência, de nossa vontade e até dos nossos recursos, que poderiam se somar aos do governo. Será que dá pra ser diferente?

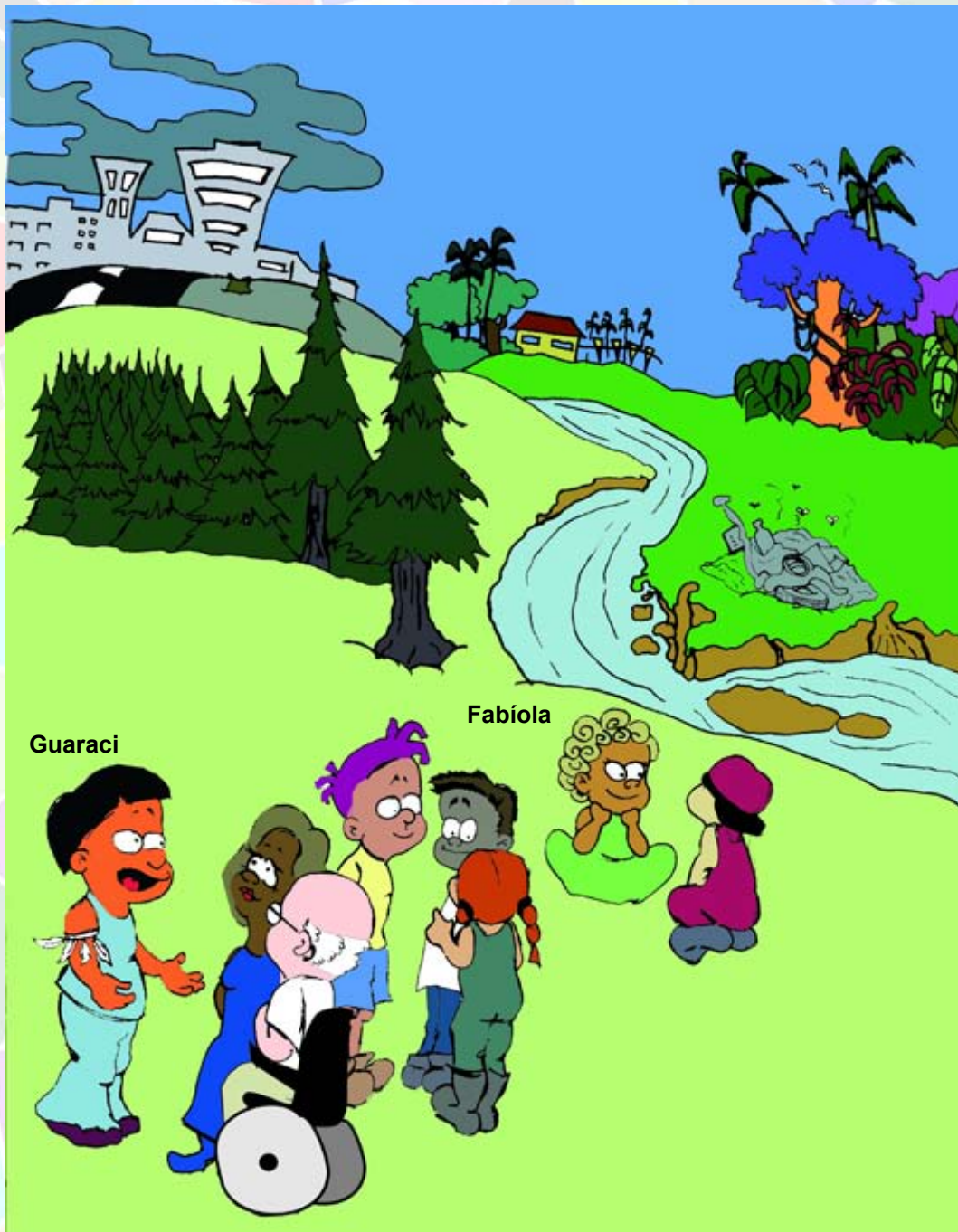
Sr. Nelson:

– O que a gente quer é que o governo facilite a nossa articulação propiciando juntarmos as nossas forças, competências e recursos para desenvolver um programa regional, contínuo, permanente, tentando envolver nosso território de modo amplo, com toda a população.



OS VÁRIOS RECORTES TERRITORIAIS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

Existem muitas formas de se delimitar um espaço de atuação para a Educação Ambiental, assim como para qualquer tipo de atividade. Sempre que pensamos em realizar algum trabalho precisamos ter claro onde e com quem realizaremos nossas ações. Quando definimos essas duas coisas (onde e com quem) conseguimos planejar, implementar e avaliar melhor nosso trabalho e a sua importância. Um território pode ser o bairro, o município, a zona rural, a bacia hidrográfica, um conjunto de municípios, depende da capacidade de atuação do grupo que está reunido. Assim, um território é definido pelo grupo que se reúne para pensar e trabalhar pela melhoria na qualidade ambiental e de vida.



Guaraci

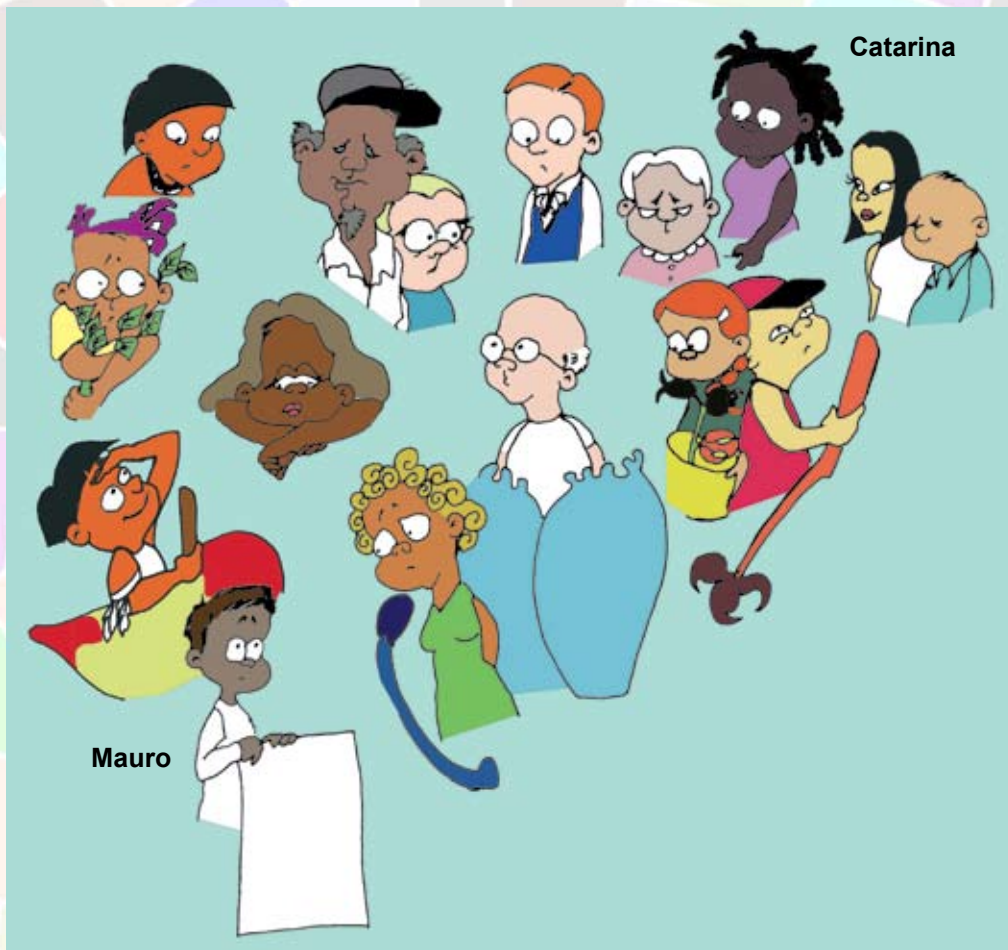
Fabiola

Catarina:

– Ah... Seria um sonho imaginar grupos de ação e reflexão em todos os lugares, com as pessoas pensando, diagnosticando, planejando, agindo, aprendendo e replanejando pelo bem comum, pela qualidade ambiental, pela qualidade de vida. Seriam como os antigos Círculos de Cultura propostos por Paulo Freire, com a pauta socioambiental, voltados para ações efetivas nos problemas cotidianos e políticos.

Sr. Nelson:

– Assim, todas as instituições podem se articular no apoio a estes grupos, a estas ações, a estas reflexões. Preparar materiais, cursos, oficinas, vídeos, cartilhas, aulas, eventos de articulação destes grupos, sistematizar e socializar as experiências.



Guaraci:

– O governo poderia fazer pelas instituições da região a mesma coisa que podemos fazer pelos grupos locais de ação e reflexão. Desenvolver materiais, ajudar a troca de experiências com outras regiões, outros grupos de instituições. Pode-se dizer para o governo o que estamos esperando da Política Nacional de Educação Ambiental e das outras políticas públicas que nos afetam, a partir do Estado ou do Município. O Governo e a Sociedade podem construir, no diálogo, uma Educação Ambiental cada vez mais forte, mais significativa e mais ativa na vida de todos.

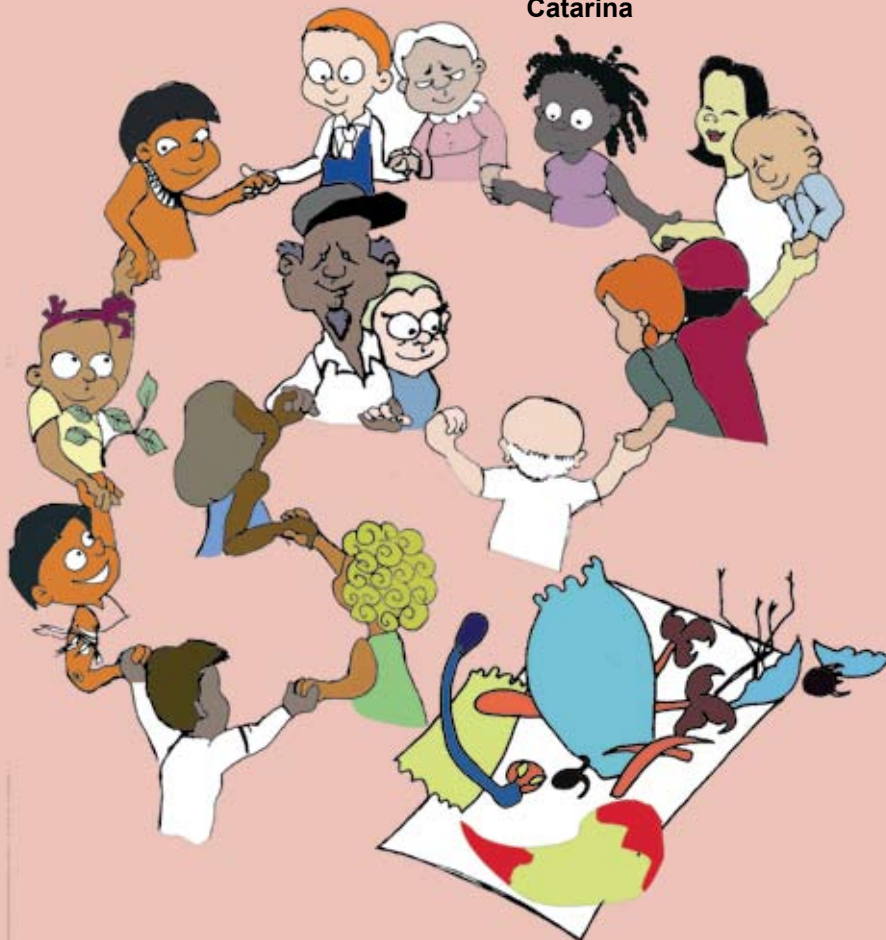
Mauro:

– Isso! E estamos trabalhando exatamente neste sentido! Temos diversas iniciativas que vão construindo o *Sistema Nacional de Educação Ambiental - SIS-NEA*, uma política de Educação Ambiental estruturante, fundamentada naquilo que a Sociedade faz e fará cada vez melhor.

Fabiola:

– Temos materiais de apoio. O programa *Município Educador Sustentável - MES*, as *Salas Verdes*, o *SIBEA*, o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais, o Programa de *Educomunicação*, as Conferências, As Agendas 21 locais e nas escolas... Tudo construído para apoiar a sociedade, seu poder, sua capacidade. E os Coletivos Educadores cumprem o papel de fazer uma ponte entre as políticas públicas e os grupos locais, de gente lutando pela qualidade ambiental e de vida.

Catarina



Mauro:

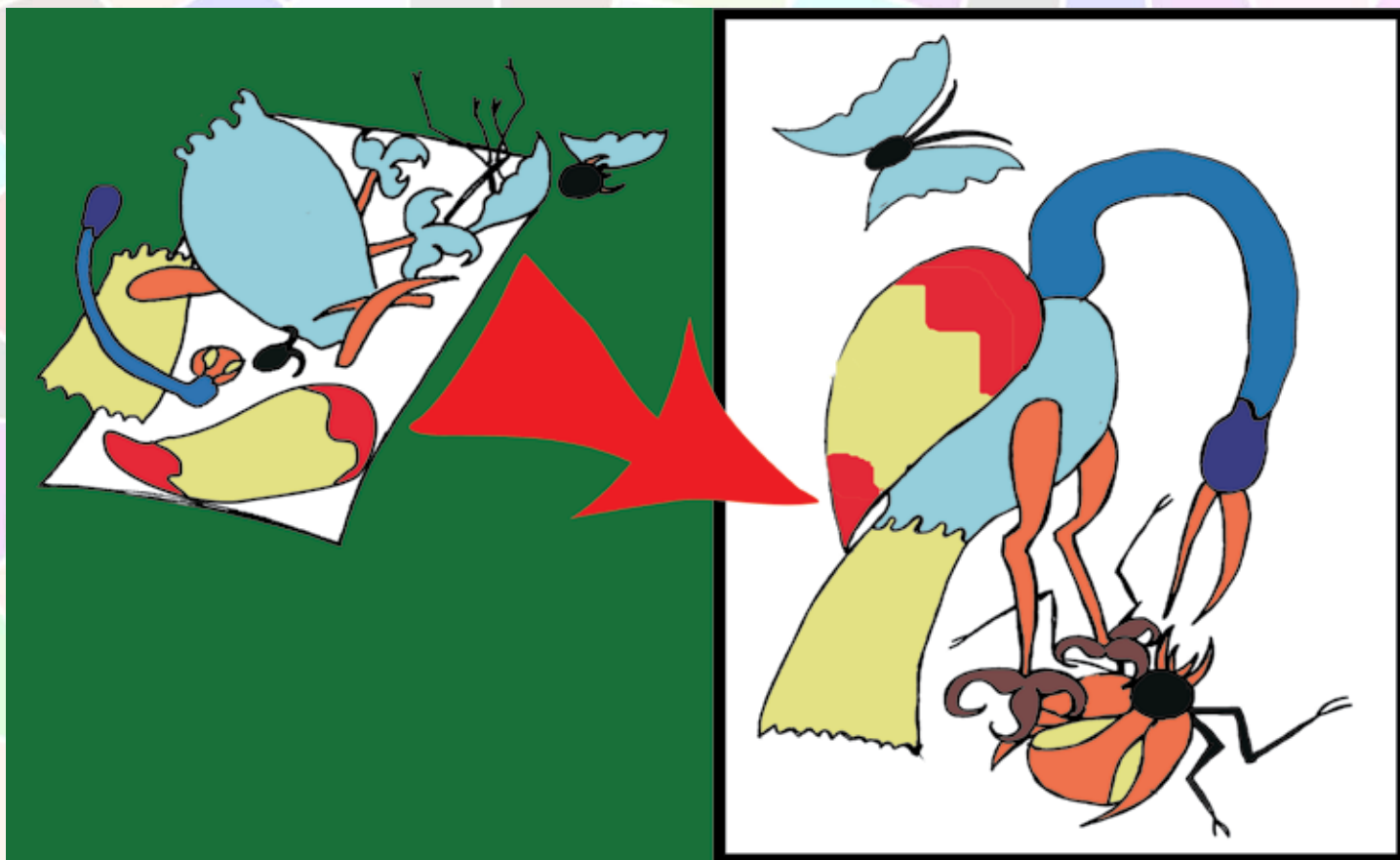
– Um Coletivo Educador é um grupo de profissionais, educadoras(es) ambientalistas e afins, que trazem o apoio de suas instituições, movimentos sociais, grupos e redes para planejar, implementar e avaliar, de forma articulada, um programa de educação ambiental voltado a totalidade de um território. Só um Coletivo assim, contextualizado, conhecedor do território, vinculado a este local pode desenvolver um programa permanente e continuado.

Fabiola:

– Este amplo programa começa pela formação de educadoras(es) ambientais e parceiros, no caminho para ir somando forças, arregimentando inteligências, experiências, competências, vontades e saberes para construir um Território Sustentável.

MAPEAR PARA QUÊ:

Existem muitas ações, projetos, materiais, grupos e metodologia para se trabalhar com educação ambiental, muitos trabalhos sérios são realizados em todo o país. Por essa razão, é essencial que saibamos o que está acontecendo no nosso território, antes de iniciarmos um programa de formação de educadores ambientais. Quem são as pessoas e grupos que atuam, de que forma, com que grupos sociais, quais são as estruturas potencialmente educadoras, quais os conselhos e colegiados de decisão que influenciam na qualidade de vida e ambiental, quais os programas oferecidos pelo governo naquele território e outras informações que entendemos como importantes precisam ser levantadas.



Catarina:

- Como o Coletivo Educador funciona?

Fabiola:

- O Coletivo Educador deve ser um grupo de Pessoas que Aprendem Participando realizando *Pesquisa-Ação-Participante*. É um grupo democrático, não hierarquizado, transparente, sempre aberto a entrada de novos parceiros, novas instituições, no qual a solidariedade e a cooperação se tornam a regra, ele também é aberto à divergência e à emergência de conflitos, fundamentais para a vitalidade e criatividade do grupo.

Mauro:

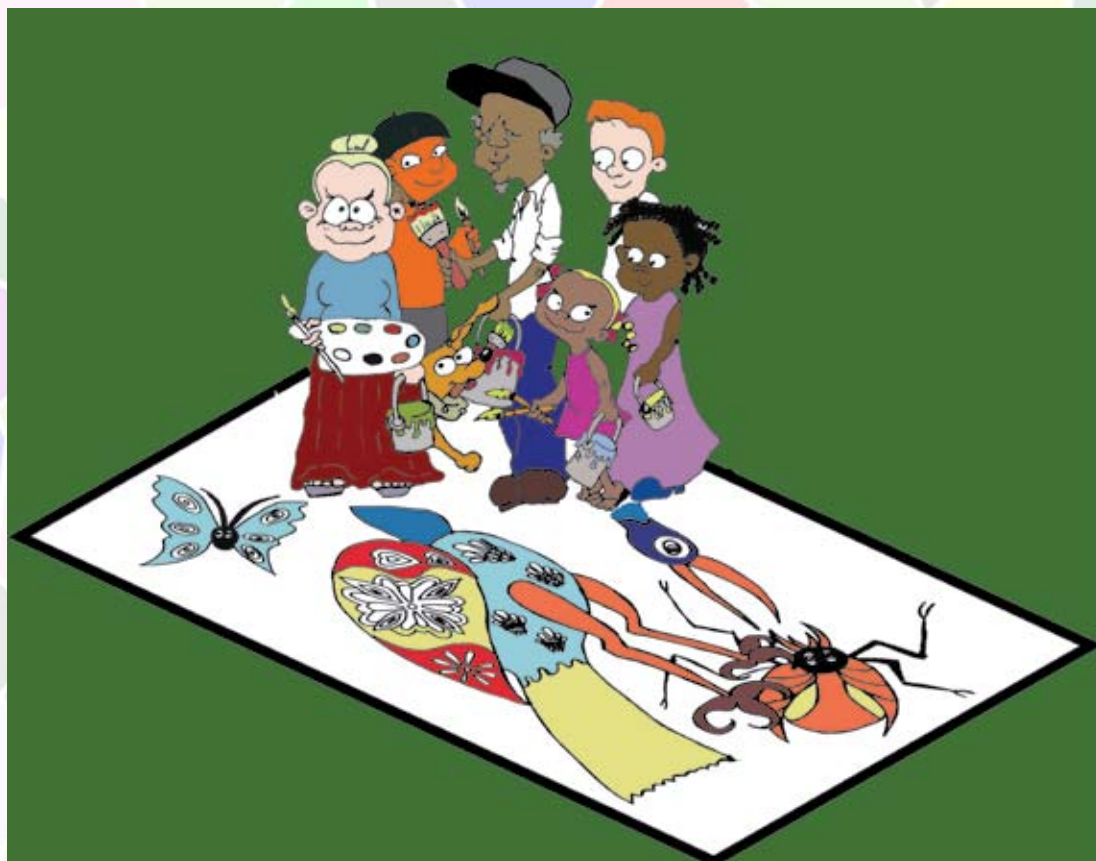
– Um Coletivo Educador busca toda a riqueza da região. Com uma lupa vai ajudando a valorizar as diferentes práticas sociais e saberes. Pesquisa para conhecer e fortalecer as redes sociais e os processos de comunicação. É importante lembrar que essa é uma busca (mapeamento, diagnóstico, avaliação, pesquisa) “com” os educandos e educandas e não “sobre” ou “para” eles.

Sr. Nelson:

– Quem são os educandos? Cada uma das instituições daqui costuma atuar com um tipo específico de público. Uns envolvem professores, outros estudantes; outros, agricultores; outros, sindicalistas; outros, jovens.

Guaraci:

– E isso é muito legal! Um Coletivo deve mesmo ser capaz e comprometido em atender a máxima diversidade e representatividade social, cultural e política possível. Desta forma seus públicos envolverão lideranças de movimentos, sindicatos, associações, técnicos de ONGs, pastores, prefeituras, órgãos públicos, empresas, professores, jovens, ambientalistas, animadores culturais...

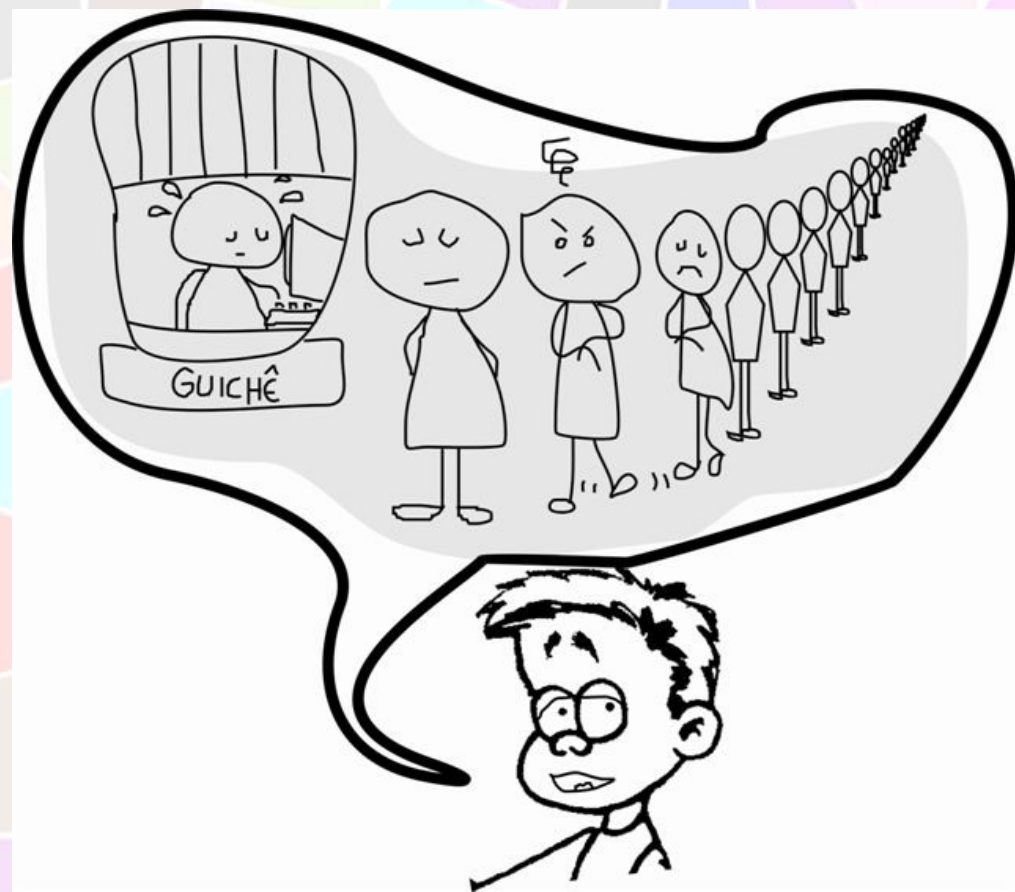


Sr. Nelson:

– É! Na teoria é legal, mas esta história de envolver 100% da região é meio viagem... Sei não!... Na bacia em que trabalhamos tem umas 600 mil pessoas, e nos nossos cursos a gente junta 20-40 pessoas no máximo. É uma questão de escala!!! Vai ter que ter uns 50 mil cursos, sem condição!!!

Mauro:

– Tá certo. Se você pensar que só há um espaço de formação e um grupo formador é isso mesmo, impossível. E ainda que fosse possível, depois de 50 mil cursos dá pra acreditar que estão todos envolvidos com a Educação Ambiental, pra sempre? A idéia é mais simples e mais eficaz que isso. A gente não tem que mirar o atendimento direto de 600 mil pessoas. Por exemplo, o Coletivo Educador pode formar uns 100 educadores ambientais, líderes com grande capacidade de comunicação e comprometidos na formação de educadores ambientais populares. Cada educador ambiental poderia formar cerca de 30 educadores ambientais populares: assim teríamos 3.000 educadores ambientais populares com a função de chamar as pessoas para a Educação Ambiental, criando espaços de ação-reflexão local permanente. Portanto, se cada educador ambiental popular ficar encarregado de animar um grupo de 200 pessoas com o objetivo de enfrentar as questões socioambientais locais e regionais, alcançamos a totalidade de habitantes da bacia, as 600 mil pessoas. Lembrando que podemos pensar em diversas formas diferentes de como se dará esta *arquitetura de capilaridade* em nossa região.



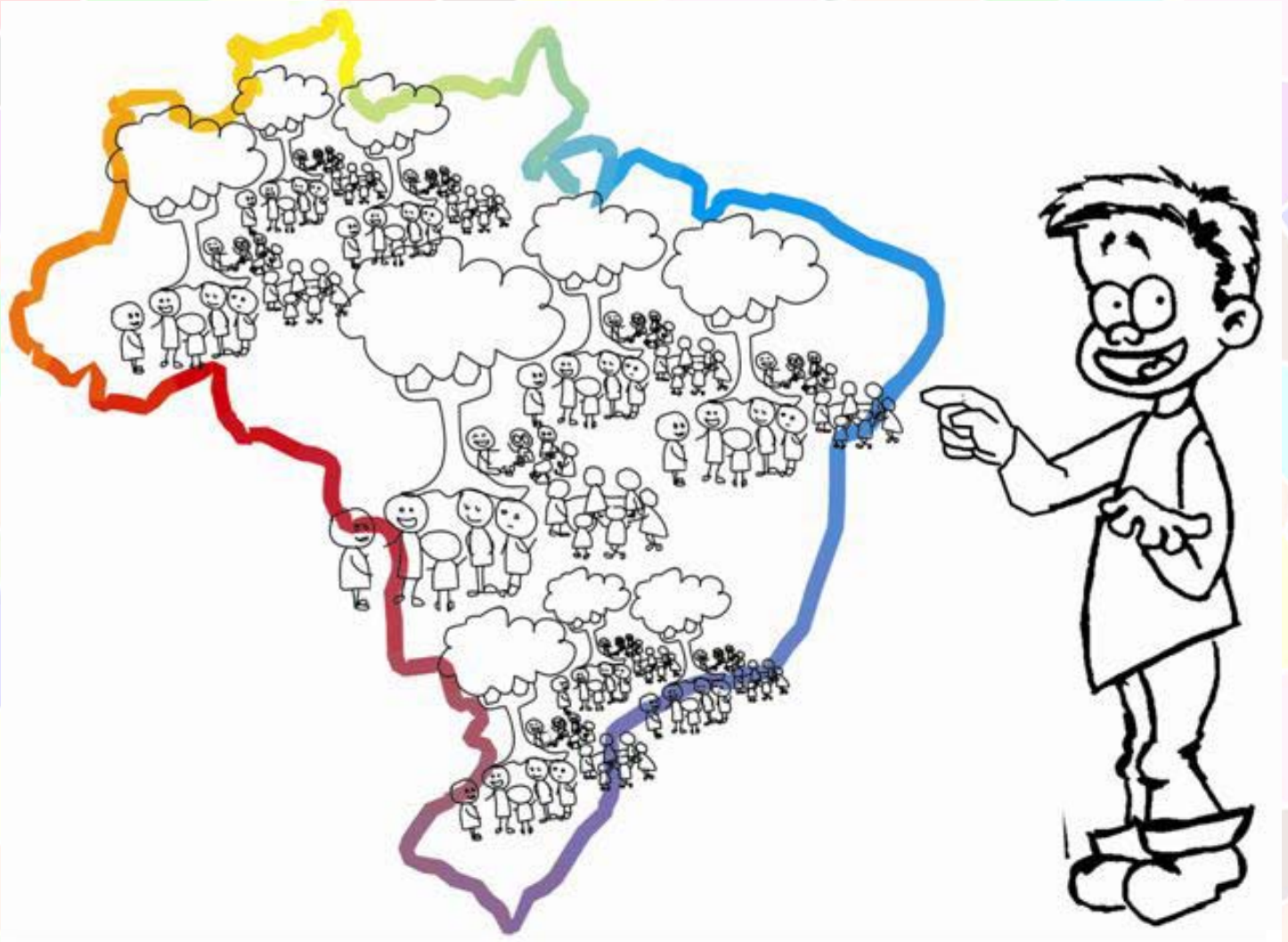


Sr. Nelson: – Hum... Trabalhar com grupos que trabalham com outros grupos... Tá! Raciocinando assim, melhorou... Mas precisamos ainda de uns 30 cursos. Vamos demorar uns 30 anos...

Fabíola: – Não. Ao invés de 30 cursos pontuais de um ano, precisamos dos 100 educadores ambientais formando-se pela ação direta de formação de grupos com 30 educadores ambientais populares cada, que se apoiam, se formam e refletem juntos, fortalecendo-se individual e coletivamente. Os 3.000 educadores ambientais populares, por sua vez, animam grupos de 200 pessoas para enfrentar as questões socioambientais locais. Eles devem mediar seus encontros, ajudar a acessar informações, etc., de modo contínuo e para sempre. É importante que o Coletivo Educador, os educadores ambientais e os educadores ambientais populares constituam uma rede forte de EA no território, trocando conhecimentos, experiências, metodologias, avaliando-se e sistematizando informações. O Coletivo Educador deve apoiar e dar respaldo permanentemente às ações destes grupos, planejando e avaliando com os mesmos as *intervenções socioeducacionais* no território, em prol da sua sustentabilidade. E isto é um processo de formação continuada!

Catarina:

– Legal essa idéia! Aí fica mais real, melhor que os impossíveis 50.000 cursos. O que fica um pouco trabalhoso é construir este grupo de 100 pessoas de um jeito que eles consigam envolver toda a região. Vai ter que diversificar este grupo de 100 em termos de município, de idade, de gênero, de gênero, de grupo social, etc...



Mauro: – É isso! O Coletivo Educador constrói uma arquitetura dessa capilaridade até a base da população, de um jeito que teremos 3.000 educadores ambientais populares bem distribuídos na população, fazendo Educação Ambiental de modo permanente, com os grupos de ação-reflexão locais.

Catarina: – É! Dá até pra sonhar que daqui a alguns anos o Coletivo Educador fique com a função de alimentar estas 3.100 pessoas com cursos, oficinas, eventos, vídeos, materiais didáticos, ajudando na busca de recursos. Ia ser uma revolução! O difícil é juntar as instituições, suas diferenças, suas formas de trabalhar...

Fabiola: – Os educandos se formam no processo, na intervenção socioeducacional que realizam para formar um grupo de 30 educadores ambientais populares, no apoio mútuo que realizam com as comunidades interpretativas e de aprendizagem participativa.

Guaraci: – Mas assim parece que nós, das instituições, temos um papel secundário na formação.

Fabiola: – Pelo contrário, vocês terão a função de disponibilizar o *cardápio de aprendizagem*, orientar as intervenções, acompanhar e animar as *comunidades interpretativas*. É muito trabalho e com certeza será um grande aprendizado para todos.

Sr. Nelson: – Cara, me animei! Vou levar esta idéia pra minha instituição! A gente vai se incumbir de articular o Coletivo Educador do nosso território, fazer as reuniões de articulação, formar uma agenda de trabalho e construir um Projeto Político Pedagógico visando a formação de grupos locais de ação e reflexão.

Catarina: – Eu acho que já tenho idéia de umas 10 instituições que se interessariam. Imagino que a definição do território que vamos trabalhar não vai ser tão difícil. Eu vou defender que seja a APA em que fica nosso município, junto com mais alguns municípios vizinhos, apesar de que também poderia ser toda a Bacia. Vamos ver o que o pessoal vai pensar...

Mauro: – Em geral não precisa começar a articulação do nada, não só porque sempre existem as parcerias, mas como existem fortes articulações já feitas e já preocupadas com meio ambiente e qualidade de vida, como os *CONSAD*, os *Territórios Rurais*, os *Comitês de Bacia*, os *Conselhos de APA*...

Fabiola: – Importante é valorizar as diferenças, a riqueza das instituições, construir juntos a proposta. Os cursos, oficinas, disciplinas, textos, bibliotecas, vídeos podem compor um Cardápio Regional de Aprendizagem. Há também as *Estruturas Educadoras* como as Salas Verdes, as Escolas, os Museus, os Viveiros Educadores, as rádios e outros. O *Órgão Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental* (MMA/MEC), as *CIEAs* e as Redes de EA podem apoiar a ampliação da disponibilização dessa riqueza toda.

**Mauro:**

– Olha, para a manutenção do Coletivo é importante que vocês tenham colecionado apoio de outras instituições também, mesmo daquelas que não vão atuar diretamente com os processos educacionais como empresas, prefeituras, etc... As prefeituras são muito importantes, e é interessante incluir gestores no grupo para fortalecer a gestão ambiental dos municípios, o que pode contribuir com o Plano Diretor, o CONDEMA, a Agenda 21 ou ainda a implementação do Programa MES, na medida em que se tornam objetos de intervenção destes gestores públicos educadores ambientais.

Sr. Nelson:

– Mas o Governo Federal não pode ajudar com nada? Fica só na idéia? Não que já não seja uma coisa boa, mas...

Fabiola:

– Claro que vamos apoiar de outras formas... O Órgão Gestor apoiará todos os passos através do técnico-educador ambiental responsável pelo enraizamento da EA no Estado e através de articulações políticas que colocam o Coletivo Educador no centro dos programas e projetos de outras instâncias e esferas de governo.

Mauro:

– Sempre que possível o governo deve disponibilizar assessoria presencial e/ou a distância de técnicos especializados em Gestão, Comunicação e Formação de Educadoras(es) Ambientais. O fortalecimento dos Coletivos Educadores depende, em grande parte, do diálogo e troca entre eles, para isso o Governo está constituindo e incrementando ferramentas de apoio para a Rede de Coletivos Educadores como um portal on-line e um Sistema de Acompanhamento de suas atividades.

Fabiola:

– Desenvolvemos o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental - SIBEA que pode ser útil para registrar informações e ajudar a comunicação entre os Coletivos, colocar a EA produzida por vocês e outros Coletivos no “ar”, além de uma plataforma de educação à distância com disponibilização de cursos e materiais. Além disso, estamos implementado Salas Verdes em todo o país, que funcionam como espaços articuladores e integradores dos Coletivos e outros projetos e programas educacionais que visam a sustentabilidade. Elas são espaços educadores de referência para a EA de um território, tendo como função básica a disponibilização e

Guaraci:

– Vamos formar uma verdadeira Rede de Coletivos, pra trocar informações e ajudar um ao outro. Mas e grana? Não tem?

Mauro:

– Olha.. Sempre que possível serão lançados editais do *Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA* ou de outros fundos voltados a criação e fortalecimento de Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis, como já fizemos antes. O papel do Órgão Gestor é, também, de procurar parceiros e patrocinadores, nacionais e internacionais, para este processo, mas o próprio Coletivo Educador pode buscar apoio financeiro com os parceiros locais no Estado e nos municípios de sua atuação, como empresas, órgãos públicos, fundos estaduais e municipais de meio ambiente...

Se hoje o Brasil já é uma referência pela qualidade e quantidade de iniciativas de EA em todo país e pela política estruturante que vem sendo implementada pelo seu Órgão Gestor, pelas CIEAs, Redes e demais atores, certamente encontraremos parceiros que acreditam na necessidade e relevância desta proposta.

Para enfrentar as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a desertificação, a fome e a insegurança alimentar, os preconceitos, as guerras e tantos outros problemas planetários, não bastam os acordos assinados pelos chefes de Estado. É necessário o envolvimento ativo de toda a população. A proposta de Coletivos Educadores pode ser uma boa resposta e um bom exemplo. Certamente encontraremos os recursos para continuar a realizá-la!

Breve descrição das ilustrações:

1º ilustração: As ações pontuais de EA prevalecem devido a limitações tanto pessoais quanto institucionais. Muitas vezes enxergamos apenas os problemas ambientais e não as potencialidades do território (simbolizado aqui pelo beija-flor).

2º ilustração: Ações, projetos e programas de EA sem diálogo e sem sinergia, sobrepondo as mesmas áreas/territórios e, muitas vezes, o mesmo público.

3º ilustração: Cada grupo trabalha isoladamente e através de metodologias próprias (representadas pelos objetos como os recipientes para recicláveis, o microfone, o rastelo e o cultivo, o barco, a aba do chapéu e o remo) voltadas para projetos locais como minimização de resíduos sólidos e 3 R's, agroecologia, mobilização social e trabalhos com populações ribeirinhas.

4º ilustração: Assumimos muitas frentes de trabalho que envolve a questão ambiental, mas como o quadro de participantes é restrito, acabamos sobrecarregados e desmotivados para atuar.

5º ilustração: Apresentação da proposta de constituição de um Coletivo Educador como um quadro em branco (possibilidade de uma base de formação e atuação conjunta). Sem ainda saber o propósito de mais um programa de EA apresentado pelo governo, as/os educadoras(es) receiam que sejam desvalorizados em sua experiência acumulada nos trabalhos locais.

6º ilustração: convite ao diálogo diante de um ambiente que apresenta tanto problemas quanto potencialidades.

7º ilustração: movimento inicial de diálogo e da possibilidade de trabalho articulado diante da nova situação que se apresenta.

8º ilustração: Os objetos (os recipientes para recicláveis; o microfone; o rastelo e o cultivo; o barco, a aba do chapéu e o remo) estão estrategicamente colocados ao lado do desenho, pretendendo representar que o programa Coletivos Educadores objetiva valorizar o que já vem sendo desenvolvido localmente. A proposta da atuação conjunta aumenta o potencial de ação de cada um.

9º ilustração: A valorização das experiências locais e a atuação coletiva estão representadas nos objetos que unidos, formam um todo harmonioso cuja base é o “quadro em branco” – Coletivos Educadores. Base no sentido dos vários conceitos que permeiam o programa que politicamente assume a EA transformadora, crítica e emancipatória.

10º ilustração: Grupo de educadores ambientais populares como aqueles que trabalharão na arte final do quadro no sentido de construir coletivamente uma obra prima por meio da pesquisa ação participante ou pessoas que aprendem participando.

11º ilustração: A proposta do Coletivo Educador quebra a lógica de tantas demandas e poucas pessoas atuantes para dar conta das mesmas, representado pela fila infinita de um guichê.

12º ilustração: A ideia não é aumentar o número de “guichês” e pouco mudar a situação, já que as instituições e pessoas que atuam em EA continuam sem dialogar.

13º ilustração: A proposta refere-se à criação de grupos dialógicos onde as pessoas que aprendem participando exerçam as ações em EA de modo coletivo. Os grupos devem ser constituídos de tal forma que abarque a diversidade e a totalidade de habitantes do território.

14º ilustração: Adaptação da obra de Chico da Silva, pintor primitivista ou da arte naif. A representação da natureza na visão de Chico diz respeito à violência (representada pela cena de predação) e leveza (o voo da borboleta). A natureza, nem boa nem má, e a interferência humana tanto como parte integrante da mesma como aquele que a representa.

GLOSSÁRIO:

APA - Área de Preservação Ambiental: pertence ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Pode ser estabelecida em área de domínio público e/ou privado, pela União, estados ou municípios, não sendo necessária a desapropriação das terras. No entanto, as atividades e usos desenvolvidos estão sujeitos a um disciplinamento específico.

Arquitetura de Capilaridade: é a proposta de estruturação da capilarização ou ramificação da formação dos(as) educadores(as) ambientais com o intuito de garantir que a Educação Ambiental envolva toda a população do território. Essa capilarização/ramificação da formação dar-se-á pela constituição de 3 grupos que trabalham de forma integrada e articulada. O primeiro grupo é o próprio Coletivo Educador, composto por pessoas que participam a partir da adesão de suas instituições que são aquelas com experiência em formação, educação e capacitação; o segundo é composto por pessoas atuantes/militantes junto aos seus segmentos sociais no território e que assumirão a função de formar, junto a esses, seus grupos de convívio/trabalho, educadores ambientais populares, que constituirão o terceiro grupo. O desenho da arquitetura de capilaridade deve fundamentar-se em um número de educadores ambientais populares que permita que cada bairro, comunidade rural, quarteirão, sindicato, escola, possa vir a ser animado, instigado e envolvido pela atuação de um educador ambiental popular.

Cardápio de Aprendizagem: é um conjunto de conteúdos e processos formativos na área da Educação Ambiental promovidos, num primeiro momento, pelas instituições componentes do Coletivo Educador (ou mesmo por instituições parceiras e por especialistas de determinado saber popular, técnico ou científico) que podem ser escolhidos para compor o currículo de grupos de educandos, de acordo com as suas necessidades reais de enfrentamento das questões socioambientais. Exemplos de itens que podem compor o Cardápio são: oficinas, cursos, mini-cursos, vivências, visitas técnicas, etc, a respeito dos mais variados temas e assuntos com relevância para o território, incorporando os diferentes saberes, desde o acadêmico até o popular. Com o tempo o cardápio de aprendizagem vai sendo incrementado

CIEAs: Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental: têm a finalidade de mapear a situação da Educação Ambiental nas unidades federativas, promover o intercâmbio de informações, o debate de opiniões e a sistematização de propostas de ação, democratizando o acesso a formulação, implementação e avaliação de projetos, programas e políticas públicas estaduais de Educação Ambiental.

Comitês de Bacia: os comitês de bacias hidrográficas são colegiados instituídos por Lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. Considerados a base da gestão participativa e integrada da água, têm papel deliberativo e são compostos por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários de água. Eles podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos Estados, constituindo, respectivamente, comitês federais e estaduais, definidos por sistemas e leis específicas. Os comitês têm, entre outras, as atribuições de: promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia; articular a atuação das entidades que trabalham com este tema; arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados a recursos hídricos; aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Comunidades Interpretativas: são grupos de pessoas que se reúnem para partilhar suas visões e idéias, buscando construir a compreensão da realidade vivenciada no território ou micro-território, por meio da construção coletiva e participativa, superando a dificuldade das diferentes percepções. Nas comunidades interpretativas as pessoas apóiam-se na interpretação das interpretações, buscando desmontar as formas hegemônicas de entender e desejar o mundo em que vivemos. Propomos que tanto o Coletivo Educador como os demais grupos participantes da formação de educadores(as) ambientais constituam-se como comunidades interpretativas e de aprendizagem.

CONDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente: órgão colegiado de decisão assessoramento e consultoria da Administração Municipal, nos assuntos referentes à proteção ambiental no âmbito do Município.

CONSAD - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local: a formação de CONSAD é parte integrante da estratégia do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas no país. Tal estratégia busca a segurança alimentar daquelas populações, através de mudanças estruturais no plano social e econômico, se enquadrando no âmbito dos objetivos estruturais perseguidos pelo Programa Fome Zero.

Educomunicação: refere-se à comunicação com intencionalidade educacional, que envolve a democratização do processo de produção e de gestão da informação em todos os veículos de comunicação. Essa democratização implica na autonomia e interatividade no processo comunicativo.

Estruturas Educadoras: são estruturas que foram concebidas com intenção educacional ou que, por serem exemplares na função que desempenham, são utilizadas com intenção educacional. No nosso país, fruto de amplas lutas sociais, temos a escola como a principal estrutura educadora, mas há outros exemplos de espaços que podem ser pensados com finalidade educadora associada às suas finalidades, como estações de tratamento de água e de esgoto, viveiros, hortas comunitárias, unidades de conservação, sistema de transporte coletivo, etc.

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente: criado pela Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, tem como missão contribuir como agente financiador para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), por meio da participação social. O FNMA é o maior fundo público do Brasil. As ações apoiadas pelo FNMA estão localizadas em todas as regiões do país. São projetos e iniciativas que contribuem para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e o apoio a comunidades. Recentemente foi criada a Rede de Fundo Socioambientais do Brasil, tendo na EA umas de suas áreas prioritárias.

Intervenção Socioeducacional: corresponde à prática dos(as) educadores(as) ambientais de todos os grupos envolvidos na capilarização da formação, desde o Coletivo Educador até as pessoas dos distintos segmentos sociais. A intervenção deve ser planejada, executada e avaliada em conjunto com o público diretamente envolvido, considerando as questões relevantes do território ou micro-território, as expectativas e necessidades desse público. O processo de conhecer a realidade do território ou micro-território, articular com os segmentos sociais e planejar com eles a sua própria formação, representa um processo de formação para todos os envolvidos. Além disso, a interpretação da realidade e as atividades de enfrentamento das questões socioambientais complementam a formação integral de todos os grupos.

MES - Municípios Educadores Sustentáveis: programa desenvolvido pelo DEA/MMA, que visa, por meio de processos educacionais, a construção de municípios voltados à sustentabilidade socioambiental. Esses processos viabilizam a formação de seus munícipes para atuarem cotidianamente na direção da melhoria da qualidade de vida e da busca de soluções para os problemas socioambientais nos municípios. O Programa propõe a promoção da sustentabilidade por meio de uma visão integrada, que extrapola as fronteiras e domínios municipais, contribuindo para o fortalecimento regional, a solidariedade e a cooperação no território e estimulando uma cultura que pensa e prioriza a gestão municipal participativa.

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental: responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação. O Órgão Gestor, no exercício de suas atribuições e competências, implementa programas e projetos desenhados no âmbito do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), inspirados no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Pequisa-Ação-Participante: é a proposta central para o planejamento, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelos Coletivos Educadores. Este método refere-se ao procedimento democrático e participativo de diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las.

Salas Verdes: são exemplos de estruturas educadoras, que o DEAM/MMA está implementando em todo país. Elas são espaços interativos, novos ou estabelecidos a partir de iniciativas e espaços já existentes, que vislumbram a possibilidade de atuarem como potenciais Centros de Informação Ambiental. Uma dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização de informação socioambiental. Além disso, elas devem oferecer possibilidades de uma efetiva participação dos diferentes segmentos da sociedade em atividades que fortaleçam ações ambientais locais. Elas funcionam como um espaço de atuação política, social, cultural e ambiental, devendo também ser utilizado como espaço articulador e integrador de outros projetos e programas educacionais que visam a sustentabilidade.

SIBEA - Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental: Sistema público de informação que objetiva conhecer a realidade da Educação Ambiental no Brasil e apoiar as ações e políticas públicas em gestão ambiental. O Sistema contempla informações sobre educação ambiental, reunindo referências a especialistas, instituições, redes sociais e experiências de educação ambiental.

SISNEA - Sistema Nacional de Educação Ambiental: sistema político-administrativo e, ao mesmo tempo, formador, que se propõe a articular os entes de gestão governamental da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, incluindo ainda outras organizações não institucionalizadas juridicamente, como os Coletivos Educadores e as Com-Vidas, que promovem a formação, a comunicação em Educação Ambiental e participam da formulação de políticas públicas nas bases territoriais. Em suma, a concepção de um SISNEA tem como objetivo a estruturação sistêmica da gestão da PNEA, com o fortalecimento das bases (políticas, legais, formadoras, financeiras...) que garantam o empoderamento e a atuação qualificada e transformadora de grupos e instituições, consolidando bases para suas estruturas participativas.

Territórios Rurais: programa desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, concebido para ser implementado a longo prazo, alcançando todos os espaços “rurais” do Brasil, especialmente aqueles cujos perfis apresentem características de estagnação econômica, problemas sociais e riscos ambientais, com ponderável presença de agricultores familiares. Atualmente a SDT/MDA está fortalecendo diretamente 109 territórios rurais apoiando a centenas de projetos de iniciativas de entidades e organizações representativas dos atores sociais presentes nos territórios, visando resultados em termos de dinamização econômica, gestão social, redes de cooperação e articulação de políticas públicas.

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Educação Ambiental



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Ministério
da Educação

Ministério do
Meio Ambiente

